

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

Farsas, afinal, impossíveis

O atentado do Riocentro completou ontem 20 anos, data que marcou também a prescrição do crime e, com ela, a perpetuação de um tipo de farsa que hoje seria de uma impossibilidade absoluta. E essa é uma das grandes vantagens e beleza da democracia: o que quer que o poder queira, só consegue se puder antes combinar com a sociedade, também chamada de opinião pública para efeitos de comunicação.

No caso do Riocentro, o Exército, autor do atentado, queria que prevalecesse a versão de que foi, na verdade, a vítima. Acabou conseguindo que a história fosse assim interpretada do ponto de vista legal e até hoje não há punidos. Individual e diretamente não há. Mas ali acabou a ditadura.

O aperfeiçoamento e a consolidação da democracia impedem que hoje o país enxergue preto e acabe prevalecendo a versão de que o que aconteceu foi branco. Há 20 anos, todo o mundo viu que dois oficiais foram encarregados de disseminar o pânico – sem problemas se causassem também mortes – durante um show em comemoração ao Dia do Trabalhador, mas os autores do crime nos disseram que o que vimos foi a cena oposta.

Resultado: o governo que encampou a tese ficou falando sozinho.

Agora, ninguém que faça parte do poder, seja ele Executivo, Legislativo ou Judiciário, está disposto a ficar falando sozinho. Não há mais quem se preste ao papel de integrar montagens de versões inverossímeis.

Na medida em que a sociedade, via todos os instrumentos disponíveis de comunicação, pode ela mesma fazer o próprio juízo a respeito dos acontecimentos que estão em pauta, não há mais como os setores que detêm e que manejam a informação, contarem qualquer história que entre em choque com aquilo que as pessoas testemunharam ao vivo.

Então, já muito pouco importa o que os políticos acharam ou deixaram de achar, por exemplo, dos depoimentos dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, na Comissão de Ética. O que interessa é o juízo que cada espectador fez daquilo no momento exato da transmissão pelo rádio e televisão.

Por essas e por outras é que soam risíveis esses ensaios de acordos, sendo o mais recente um acerto entre os aliados do senador Antonio Carlos e os pemedebistas preocupados com o destino do senador Jader Barbalho. Serão gestos inúteis e os protagonistas da cena ainda correm o risco de ficar expostos ao ridículo.

Simplesmente porque não terão uma boa e convincente história para contar ao distinto público, que já resolveu: é punição e não tem conversa. Se pensam que poderão contar, na mídia, com quem dê abrigo a essas tentativas de amenizar o clima, cumpre informar que devem se preparar para um longo – talvez eterno – período de espera. A menos que a imprensa, que anda tão prestigiada, tenha sido assaltada por uma incontrolável vontade de se desmoralizar.

Aqui e ali é possível que exista um ou outro disposto a abraçar a tese de que, afinal de contas, ferir a inviolabilidade de uma votação não é falta assim tão grave. Pelo menos não tanto quanto matar e roubar.

É sempre uma tese. Que, ao prevalecer como correta no conceito do senso comum, faria de Richard Nixon também um santo, que não matou, não roubou, só mandou que se fizessem umas gravações no comitê de campanha do partido adversário e depois mentiu publicamente a respeito. Nada demais, mas ele achou melhor renunciar.

Voz ativa

O senador Antonio Carlos Magalhães pode ter perdido – breve saberemos se temporariamente – o antigo poder, mas não perdeu a noção das coisas. Sabe perfeitamente bem que não adiantam quase nada essas demonstrações de apoio da Bahia, tem de conquistar é a boa vontade da opinião pública nacional. Sem ela, nada feito com os senadores que o julgarão.

Para tentar alterar a percepção – que também sabe muito ruim a seu respeito, ACM começa agora uma forte ofensiva de comunicação, o que inclui conversas permanentes com jornalistas, dos experientes aos novatos. Ele quer falar e consolidar a versão de que errou, mas não prevaricou. Sendo assim, merece pena, mas não a máxima.

Outro fato que está muito claro na cabeça do senador baiano é que o governo federal veria com muito gosto a sua cassação. Por isso, ACM já está tratando de fazer chegar a quem de direito uma ameaça. Se porventura for cassado, vai se sentir livre, leve e solto para falar o que bem entender a respeito do governo Fernando Henrique.

Antonio Carlos está dizendo que ficará sem mandato, mas não sem voz. Quando ouve do interlocutor a ponderação de que, sem mandato, vai atrair pouca atenção da mídia, ACM rebate, lembrando que na imprensa existe, e sempre existirá, o interesse em dar espaço a quem fala mal do governo.

E, independentemente do desfecho do episódio do painel, esta será a área de especialização de Antonio Carlos Magalhães. A qual adora dar a entender que se credenciou por notório saber.

e-mail para esta coluna: dkramer@jb.com.br